
MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE NO BRASIL

Trilhando caminhos

Marilene Proença Rebello de Souza*

Resumo: Este artigo toma por objeto de estudo o fenômeno da medicalização da educação e da sociedade. Tem por objetivo apresentar a experiência de organização brasileira para o enfrentamento ao processo de medicalização da educação e da sociedade representada pelos princípios e ações realizados pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Propõe-se também a apresentar em que contexto social e histórico esse coletivo se constituiu e destaca importantes desdobramentos desse movimento para a educação, saúde, direitos das crianças e adolescentes e para a pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional.

Palavras-chave: medicalização, educação, direitos humanos, infância, psicologia

MEDICALIZATION OF EDUCATION AND SOCIETY IN BRAZIL: TRACING PATHS

Abstract: This article aims to study the phenomenon of medicalization of education and society. It aims to present the experience of a Brazilian organization to face the process of medicalization of education and society represented by the principles and actions carried out by the Forum on Medicalization of Education and Society. It is also proposed to present in which social and historical context this collective was constituted and highlights important developments of this movement for education, health, rights of children and adolescents and for research in School and Educational Psychology.

Keywords: medicalization, education, human rights, childhood, psychology

* Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

MÉDICALISATION DE L'ÉDUCATION ET DE LA SOCIÉTÉ AU BRÉSIL: TRACER DES VOIES

Résumé: Cet article vise à étudier le phénomène de médicalisation de l'éducation et de la société. Il vise à présenter l'expérience de l'organisation brésilienne pour faire face au processus de médicalisation de l'éducation et de la société représenté par les principes et les actions menées par le Forum sur la Médicalisation de l'Éducation et de la Société. Il est également proposé de présenter dans quel contexte social et historique ce collectif s'est constitué et met en évidence les développements importants de ce mouvement pour l'éducation, la santé, les droits des enfants et des adolescents et pour la recherche en Psychologie Scolaire et Pédagogique.

Mots-clés: médicalisation, éducation, droits humains, enfance, psychologie

Introdução

As discussões sobre o processo de medicalização da Educação e da Sociedade tornaram-se presentes em vários países do continente americano, como Estados Unidos, Brasil, Costa Rica e Argentina, assim como do continente europeu, com destaque para França, Itália, Portugal e Espanha, principalmente nos últimos 10 anos. O termo medicalização cunhado por Ivan Illich (1975), nos anos 1970, traz à tona a discussão sobre o papel da medicina institucionalizada, assim como a dependência do saber de especialistas para o cuidado da saúde, dentre outros aspectos, que deram origem a um conjunto de questionamentos sobre a medicalização da vida. Essa discussão fortaleceu importantes publicações, em meados dos anos 1980, dentre elas as do geneticista Richard Lewontin, juntamente com o neurobiólogo Steven Rose e o psicólogo Leon Kamin (Lewontin, Rose, & Kamin, 1984), em que criticam a sociobiologia e o determinismo genético; e as do médico e sociólogo Peter Conrad (1982), chamando a atenção para o fenômeno da medicalização como aquele em que problemas de diferentes ordens são apresentados como “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que encobrem questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas.

Mais recentemente, nos anos 2000, a temática da medicalização retorna fortemente aos meios científicos, principalmente relacionada às questões comportamentais e de saúde mental. Importantes publicações sobre o tema, explicitando o processo de medicalização nas relações sociais das sociedades, são apresentados pelo psiquiatra Thomas Szasz (2007); pelo médico e sociólogo Peter Conrad (2007); pelo psiquiatra Leon Benasayag e a psicopedagoga Gabriela Dueñas (Benasayag & Duenas, 2011).

No Brasil, a discussão da medicalização por entidades da psicologia brasileira como o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (2010)

revelam, dentre outros aspectos, o avanço das explicações biologicistas para justificar questões de ordem social, educacional, política e cultural, tendo como consequência desse processo os altos índices de diagnósticos de transtornos de comportamento em crianças, adolescentes e adultos, principalmente no que tange à escolarização. O aumento de diagnósticos de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDAH), Síndrome do Espectro Autista (TEA), dislexia e outros transtornos, bem como altos índices de depressão e de ansiedade passaram a ser divulgados amplamente pelos setores médicos, com base em tratamentos que conduzem à utilização de drogas psicoativas como forma de minimizar supostos sintomas.

O fenômeno da medicalização da educação e da sociedade se fortalece ainda mais com a criação de novos quadros de transtornos mentais e comportamentais apontados pela 5.^a edição do *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5* (APA, 2013), lançado pela Associação Americana de Psiquiatria. Sob forte influência da indústria farmacêutica, internacionalmente, a comercialização de substâncias como o Metilfenidato, utilizado para o tratamento de TDAH, e o Clonazepam, para quadros depressivos e de estresse, passaram a bater recordes de venda e de prescrição. O relatório apresentado pela Comissão Internacional de Controle de Narcóticos (ONU, 2015) faz um alerta mundial para o fato de que o aumento da fabricação de metilfenidato é um fenômeno global. No caso brasileiro, apenas para dar um exemplo, segundo Nota Técnica sobre o consumo de psicofármacos no país, com base em dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a importação de metilfenidato cresceu de 578 toneladas, em 2012, para 1820 toneladas da substância, em 2013; quanto à substância Clonazepam, em 2013, sua fabricação no Brasil assumiu a liderança mundial, produzindo-se 3,2 toneladas em apenas um ano (FSMES, 2015a).

Estas e outras constatações permitem considerar a centralidade das discussões sobre medicalização da educação e da sociedade, nesse momento histórico e social, a importância dos enfrentamentos ético-políticos à medicalização e a necessidade de construção de conhecimento científico sobre o tema.

Considerando a amplitude da temática e sua abrangência interdisciplinar, este artigo terá por objetivo apresentar a experiência de organização brasileira para o enfrentamento ao processo de medicalização da educação e da sociedade representada pelos princípios e ações realizados pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (FSMES), bem como apresentar pesquisas desenvolvidas junto ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru – LIEPPE – IPUSP/UNESP na linha de pesquisa Medicalização da Educação.

Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade: sobre a construção de um movimento social e suas ações

Apresentar um movimento social como o FSMES remonta ao contexto cultural e histórico que o constituiu. Para tanto, daremos destaque, em primeiro lugar, a um dos pilares de sua formação: o processo de construção do pensamento crítico em Psicologia na relação com a Educação, fundamental para formar uma geração de psicólogas e psicólogos que compreendessem as dificuldades de leitura, escrita e comportamento na escola sob novas bases conceituais. Tais concepções possibilitaram: a) entender que a produção das dificuldades identificadas na escolarização ocorre por meio de práticas educativas e políticas educacionais permeadas por estereótipos e preconceitos em relação ao pobre e à pobreza, com destaque para a Teoria da Carência Cultural; b) repensar o papel dos profissionais de saúde de forma a não referendar as dificuldades que são de ordem social, cultural e pedagógica como se fossem questões meramente individuais, orgânicas ou familiares e c) destacar o papel ético-político da Psicologia como ciência e profissão frente ao fracasso escolar da educação brasileira, representado pelos altos índices de reprovação e de exclusão escolar.

Essa discussão se instaura fortemente na área de Psicologia, ao final dos anos 1980, trazida pela psicóloga e pesquisadora Maria Helena Souza Patto (1990) em tese defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e publicada sob o título “A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia”. Em seu estudo qualitativo, de perspectiva etnográfica, em escolas públicas paulistas e com base nas discussões sobre a vida cotidiana de Agnes Heller, a autora insere os principais argumentos presentes no pensamento educacional brasileiro, visando buscar as causas do não aprender na escola. Identifica, dentre eles, as causas orgânicas atribuídas a disfunções cerebrais denominadas na ocasião de “mínimas” mas suficientes, segundo seus defensores, para impedir um bom desempenho escolar. Distúrbios de leitura e escrita (dislexia, disortografia, disgrafia); de comportamento (hiperatividade) e de aquisição dos conceitos matemáticos (discalculia) eram atribuídos por profissionais de saúde como grandes causadores das dificuldades nos primeiros anos de escolarização. Patto questiona fortemente tais explicações, que considera como patologizantes e individualizantes, tendo em vista que defende a premissa de que questões envolvidas no campo da aprendizagem escolar são da ordem da escolarização, das práticas pedagógicas e institucionais desenvolvidas, das políticas educacionais vigentes, da estrutura da escola oferecida e das expectativas sobre a aprendizagem das crianças e adolescentes oriundos das camadas populares.

O questionamento a fatores orgânicos para explicar as dificuldades na escolarização de crianças e adolescentes passou a ser uma agenda importante dos/as pesquisadores/as na década de 1990 no Brasil, em várias áreas, para além da Psicologia. Pesquisas e artigos passaram a ser pro-

duzidos reiterando tais questionamentos, com destaque para os trabalhos da médica pediatra e pesquisadora Maria Aparecida Affonso Moysés e da pedagoga e pesquisadora Cecília Azevedo Lima Collares, tais como: o artigo “A história não contada dos problemas de aprendizagem” (Moysés & Collares, 1992); a pesquisa “Preconceitos no cotidiano escolar: Ensino e medicalização” (Collares & Moysés, 1996) e o artigo “Inteligência abstraída, crianças silenciadas: As avaliações de inteligência” (Moysés & Collares, 1997). Importante considerar que os termos “patologização” e “medicalização” passaram a fazer parte das publicações sobre as dificuldades de escolarização por vários/as autores/as que intensificaram suas críticas no que se refere à educação e seus processos escolares a partir de então.

Se na década de 1990 as críticas tiveram um papel importante para a consolidação de posições que questionavam as explicações organicistas e biologicistas para as dificuldades escolares, o mesmo não acontece a partir de meados dos anos 2000. Começamos a perceber uma nova era de influência biologicista sobre o processo educacional e na área de saúde mental, com o fortalecimento de concepções de neurociências de base positivista, a profusão de avaliações psiconeurológicas e neurológicas para dificuldades escolares, a prescrição de substâncias psicoativas para minimizar sintomas e o fortalecimento das entidades de profissionais e de pais para diferentes modalidades de transtornos como as associações de dislexia, associações de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e de pessoas autistas.

Essa constatação da tendência biologicista, patologizante e medicalizante nas relações sociais e educacionais, bem como o aumento das prescrições de drogas psicoativas para crianças e adolescentes mobilizaram debates e enfrentamentos, iniciados no âmbito das universidades, com eventos tematizando a medicalização da vida e, em seguida, em enfrentamentos nas instâncias legislativas, com a profusão de projetos de lei em várias capitais brasileiras que previam políticas públicas de avaliações de estudantes das redes públicas, em massa, para identificar os casos de dislexia, TDAH e outros supostos transtornos.

O primeiro grande debate público aconteceu na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de São Paulo, em um Seminário denominado “Dislexia: Subsídios para políticas públicas” (CRPSP, 2010); com mais de 700 inscritos, o evento mobilizou educadores e profissionais das áreas de saúde. Nessa ocasião, o enfrentamento foi realizado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e o Sindicato de Psicólogos de São Paulo a um projeto de Lei que previa o diagnóstico de todos os estudantes da Educação Básica da cidade de São Paulo visando identificar a dislexia, bem como o tratamento a ser oferecido e a formação de professores para avaliar precocemente os sintomas do transtorno. A grande adesão à discussão nos fez considerar a necessidade de ampliar o debate, bem como organizá-lo de maneira a compreender mais profundamente esse fenômeno que afetava um número tão grande de pessoas.

Com esta condição posta socialmente, constituímos um grupo de trabalho que considerou importante trazer o tema para a sociedade de maneira geral, chamando a atenção de pais, educadores/as, profissionais de saúde, universidades, entidades para a gravidade do momento que vivíamos. Considerou-se importante que houvesse uma instância de debate para o esclarecimento sobre o tema da medicalização, que problematizasse a respeito da utilização em larga escala de medicamentos que afetam o sistema nervoso central com o intuito de melhoria do rendimento escolar. Desse grupo de trabalho foram definidas duas ações: uma de caráter acadêmico: a realização do I Seminário Internacional “A educação medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”; e outra ação, de caráter político, a constituição do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (FSMES).

O Fórum foi então criado no dia 11 de novembro de 2010, durante a realização do I Seminário Internacional, e contou com a adesão de mais de 450 pessoas e de 27 entidades nacionais e regionais ligadas aos Conselhos Profissionais de Psicologia, Fonoaudiologia, Assistência Social, Farmácia, Nutrição, Sindicatos e Centrais Sindicais (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação – CNTE), Universidades, Parlamentares, Movimentos Sociais, Entidades e Associações signatárias do Manifesto. O Manifesto do Fórum (FSMES, 2010) centra-se nos princípios dos Direitos Humanos, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, 1990), da valorização da vida e do conhecimento, da educação e do respeito à singularidade e a diversidade nos processos de aprendizagem. Apresenta como seus principais desafios:

I. Ampliar a democratização do debate

Estabelecer mecanismos de interlocução com a sociedade civil

- I.1 Popularizar o debate, sem perder o rigor científico.
- I.2 Pluralizar os meios de divulgação, incluindo cordéis, sites, artes em geral.
- I.3 Construir estratégias para ocupar espaços na mídia.

Estabelecer mecanismos de interlocução com a academia

- I.1 Ampliar a discussão entre profissionais das diversas áreas;
- I.2 Construir estratégias para ocupar espaços nos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais das diversas áreas.
- I.3 Apoiar propostas curriculares de humanização das práticas de educação e de saúde.

Socializar o significado da medicalização e suas consequências

- I.1 Reconhecer as necessidades das famílias que vivenciam processos de medicalização.
- I.2 Esclarecer riscos da drogadição – drogas lícitas e ilícitas – como consequência da medicalização.

II. Ampliar a compreensão sobre a diversidade e historicidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano

III. Construir estratégias que subvertam a lógica medicalizante

Ampliar a produção teórica no campo da crítica à medicalização.

Intervir na formulação de políticas públicas, subsidiando o embasamento em novas concepções de ser humano e de sociedade.

Apoiar iniciativas de acolhimento e o fortalecimento das famílias, desmitificando pretensos benefícios da medicalização

Apoiar ações intersetoriais que enfrentem os processos de medicalização da vida.

(FSMES, 2010, p. 1)

A partir deste Manifesto, o FSMES aprovou um regulamento de funcionamento por decisões baseadas em consensos e iniciou uma ação importante de organização nacional por meio de núcleos regionais, passando rapidamente a abranger 11 estados brasileiros, chegando a 23 núcleos no Brasil. A agenda de trabalho do Fórum centrou-se em três grandes áreas: educação, saúde e direitos da criança e do adolescente.

Nesse percurso de dez anos, podemos citar como principais enfrentamentos e conquistas: a) o estabelecimento público da polêmica do uso de medicamentos no Brasil, principalmente no campo da educação básica; b) o despertar de um grande interesse das mídias pelo tema, realizando significativo número de matérias veiculadas em várias modalidades de veículos de comunicação; c) a aprovação de Dias Municipais de Luta contra a Medicalização e de Dia Estadual de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade nas Câmaras Legislativas em várias cidades, incluindo São Paulo; d) o aumento das pesquisas sobre o tema em diversos programas de pós-graduação e em trabalhos de conclusão de cursos de graduação; e) o envolvimento de Ministérios da Saúde, Educação e Conselho de Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente na constituição de recomendações visando enfrentar a prescrição indiscriminada de medicamentos psicoativos a crianças e adolescentes; f) a produção de documentos e subsídios para a sociedade; g) a ampliação de articulação internacional com Fóruns de países europeus e latino-americanos.

Quanto a documentos e acordos assinados em função das ações do Fórum, é importante destacar aquelas realizadas junto às instâncias de defesa dos Direitos Humanos. A partir de 2012, as Altas Autoridades em Direitos Humanos de países que compõem o MERCOSUL assinaram o acordo *Medicalização Indiscriminada de Crianças e Adolescentes* na XXII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH) e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados. Este acordo foi reiterado como Recomendação n.º 1 de 2015 da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e de Ministros da Saúde do MERCOSUL. Por meio desses documentos, tais autoridades identificam a medicalização da sociedade enquanto um aspecto fundamental de enfrentamento dos países do MERCOSUL na luta pelos direitos humanos e de saúde.

Outra conquista importante centra-se na construção de protocolos nas secretarias de saúde de estados e municípios brasileiros com base em critérios que garantam que a dispensação de drogas psicoativas seja ministrada excepcionalmente e com acompanhamento dos órgãos de

saúde. Nesse sentido, o Ministério da Saúde do Brasil, com apoio do Conselho Nacional de Saúde, aprova importante documento intitulado “Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes” (MEC, 2016). Este documento também é enviado por Ofício do Ministério da Educação a todos os Secretários Municipais de Educação de Estados e Municípios brasileiros.

Nesse percurso, o Fórum produziu vários documentos sobre suas lutas, mas três deles podem ser destacados:

1. Recomendações de práticas não medicalizantes a profissionais e serviços de educação e de saúde (FSMES, 2015b);
2. Nota Técnica: o consumo de psicofármacos no Brasil, dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados – ANVISA (2007-2014), lançado em 2015 (FSMES, 2015a);
3. Dossiê sobre medicalização da educação e da sociedade (FSMES, 2011).

Na perspectiva de aprofundar as discussões sobre a medicalização e patologização, o Fórum realizou cinco Seminários Internacionais, versando sobre as seguintes temáticas: em 2010 e 2011, “Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”; em 2013: “Reconhecer e acolher as diferenças”; em 2015, “Desver o mundo, perturbar os sentidos”; e em 2018, “Existirmos, a que será que se destina?”. Cada um dos Seminários produziu um conjunto de trabalhos que se constituíram em três coletâneas, a saber: *Medicalização de Crianças e Adolescentes: Conflitos Silenciados Pela Redução de Questões Sociais a Doença de Indivíduos* (CRPSP/GIQE, 2010); *Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou Mito?* (Viégas, Ribeiro, Oliveira, & Teles, 2013); e *Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos* (Collares, Moysés, & Ribeiro, 2013).

Outro aspecto importante foi a divulgação de levantamento sobre o uso de drogas psicoativas no Brasil realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil – ANVISA. A ANVISA é o órgão que regula todas as ações sanitárias no Brasil, a veiculação e prescrição de medicamentos, com base em pesquisas realizadas internacionalmente e em recomendações e orientações da Organização Mundial de Saúde. Tendo em vista os altos índices de utilização de drogas psicoativas em comparação a outras substâncias, a ANVISA apresenta um artigo específico sobre o TDAH, com questionamentos ao uso do Metilfenidato (ANVISA, 2013).

A articulação do Fórum com entidades e associações como os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia, entidades como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, Sindicato dos Psicólogos do estado de São Paulo, Federação Nacional de Psicólogos, Grupo Palavra Criativa e Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar possibilitaram ações como a

Campanha Nacional do Conselho Federal de Psicologia “Não à medicalização da vida”. Esta Campanha foi lançada em 2012, por meio de audiência pública na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, presidida pela Comissão de Direitos Humanos e que apresentou uma série de materiais e de desdobramentos políticos importantes, reverberando em todo o país (CFP, 2012).

Outra dimensão importante do papel do Fórum foi a articulação com Fóruns e coletivos internacionais que atuam nesse mesmo campo e com os quais foi possível estabelecer ações conjuntas em várias questões no que tange ao aprofundamento da temática da medicalização e suas consequências. Importante destacar os trabalhos desenvolvidos pelo *Fórum ADD/Infancias*, da Argentina, com sede em Buenos Aires; o *Círculo de Estudos e Intervenção na Medicalização da Educação*, sediado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (CEIME, 2011); na Itália, o movimento *Gui' Le Mani Dai Bambini*, Campanha Nacional pela Defesa dos Direitos da Criança à Saúde, de 2005; os movimentos contra medicalização na França: o coletivo *Pas de Zéro de Conduite Pour les Enfants de Trois Ans* (2008), que teve início em 2006, o movimento *L'Appel des Appels* (2011), cujo manifesto foi lançado em 2009, e o movimento STOP-DSM (2011), cujo manifesto foi lançado em 2011. É importante ressaltar a proximidade temporal dos movimentos internacionalmente, revelando a relevância que passa a adquirir o processo de medicalização da infância em termos globais. Boa parte dos movimentos, campanhas e coletivos conta com a organização e participação de profissionais de saúde e de educação, tais como médicos/as, psiquiatras, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, farmacêuticos/as, nutricionistas, psicanalistas, psicopedagogos/as, professores/as, das universidades, sindicatos, entidades, associações que buscam enfrentar principalmente o avanço do uso de medicação e de constituição de patologias na infância.

Em 2011, em evento ocorrido em Buenos Aires, o FSMES assinou, juntamente com o *Fórum ADD/Infancias*, documento conjunto denominado *Carta sobre Medicalização da Vida*, na busca de uma articulação latino-americana de enfrentamento à patologização e medicalização da infância (FSMES, 2012).

Finalizando esta apresentação do Fórum, é importante ressaltar que uma das ações políticas muito presente em todo o percurso histórico do movimento foi a luta por políticas públicas nas áreas de educação, de saúde e de direitos da criança e do/a adolescente que busquem garantir o direito à educação de qualidade, laica, com justiça social. Para tanto, muitas ações do Fórum em seus vários Núcleos centraram-se no enfrentamento a Projetos de Lei que buscam implementar políticas de avaliação diagnóstica em massa de estudantes das escolas públicas em séries iniciais ou na educação infantil; bem como tratamento ou formação de professores/as para identificar supostos transtornos em seus/suas estudantes. Como analisam Oliveira e Souza (2013), boa parte desses projetos centra-se em ações voltadas para Dislexia e TDAH e visa a inserção

de medicamentos como forma de “tratamento”, com suporte das Associações voltadas para divulgação de transtornos no país, com apoio de laboratórios que fabricam tais medicamentos.

Esse enfrentamento tem se dado na parceria com o Conselho Federal de Psicologia e com Conselhos Regionais de Psicologia em todo o país, instituições universitárias, associações nas áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Educação que têm atuado na formação de quadros para esse enfrentamento, bem como na produção de material que vise subsidiar os/as parlamentares a respeito da questão, realizando ações de esclarecimento sobre os riscos da medicação, dos diagnósticos e dos protocolos de avaliação utilizados. Esse trabalho vem se realizando em âmbito de municípios, estados e federação, trazendo resultados muito importantes e que têm permitido que tais projetos não sejam aprovados ou sejam modificados.

O movimento do FSMES possibilitou a ampliação da discussão do tema no país para um campo ético-político fundamental para a construção de um pensamento crítico, analítico e fundamentado sobre patologias e critérios utilizados no campo da saúde mental para compreender o sofrimento psíquico e suas formas de abordagem. No que tange especificamente ao campo da educação, o movimento contribui para desvelar a importância de analisarmos o contexto que produz um/a estudante desatento/a, que não manifesta interesse pelos conteúdos escolares, que tem dificuldade na leitura e na escrita ou em outras áreas de conhecimento. Por meio de abordagens interdisciplinares e baseadas em teorias críticas de psicologia, linguística, medicina, antropologia, sociologia e educação, subsidia professores/as, pais e comunidades para compreender as condições que produzem tais dificuldades e seus enfrentamentos.

Pesquisas sobre Medicalização e Patologização da Infância: contribuições para a compreensão do fracasso escolar

Uma das críticas que reiteradamente os movimentos sociais, como o da medicalização, recebe é que se trata de um movimento “ideológico”, sem embasamento científico. Nesse argumento, a cientificidade recai sobre as pesquisas desenvolvidas pelos segmentos da ciência que buscam justificar as dificuldades humanas e principalmente as escolares, em distúrbios, disfunções orgânicas ou transtornos. As bases comumente presentes em tais estudos centram-se em uma visão do mundo que justifica o comportamento humano por sua base estritamente biológica e genética, desconsiderando os determinantes sociais, históricos e culturais que constituem o desenvolvimento humano.

Contrapondo-se a essa perspectiva, identificamos ações dos grupos de pesquisa em todo o país e internacionalmente que questionam a visão hegemônica biologicista presente em muitos dos trabalhos de pesquisa que têm justificado o uso de substâncias psicoativas na infância, ao

partir de concepções teórico-metodológicas que enfatizam a dimensão histórico-cultural das ações humanas, propiciando um olhar ampliado às questões individuais como também questões sociais, inseridas em sistema de garantia de direitos.

Nessa direção, estaremos neste artigo destacando o trabalho de investigação que temos realizado junto ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em parceria com o Departamento de Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – LIEPPE. Este Laboratório foi criado por um grupo de pesquisadoras, em outubro de 2000, com o objetivo de constituir-se em um espaço acadêmico aberto ao debate, visando articulações teórico-metodológicas na produção de pesquisas e estudos cuja marca seja o compromisso social com a cidadania. É constituído no movimento de crítica da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, mencionado ao início desse artigo, e afirma como finalidade:

contribuir para a socialização das elaborações que vêm se desenvolvendo por meio de uma abordagem crítica do conhecimento psicológico e para construção de um corpo de conhecimentos teórico-críticos que possa se constituir em uma mediação fundamental entre as finalidades transformadoras e as práticas de Psicologia Escolar. (Documento de proposição do LIEPPE ao IPUSP e UNESP-Bauru, 2000, *apud* Souza, Tanamachi, & Barbosa, 2016, p. 13)

E com esse compromisso realizou, nesse período de funcionamento, 25 seminários de pesquisa, produziu 29 dissertações em nível de mestrado e 30 teses de doutorado, bem como recebeu 14 pesquisadores/as de diversas universidades brasileiras para realizar pesquisas de pós-doutorado. Os/as pesquisadores/as do LIEPPE desenvolveram 13 projetos de pesquisa, sendo 10 deles nacionais e três projetos de pesquisa internacionais, bem como seis projetos de extensão universitária. Recebeu professores/as de vários países latino-americanos como Cuba, México, Argentina, Costa Rica, Colômbia, Equador; dos Estados Unidos e da Europa: Portugal, Espanha, Bélgica e Dinamarca, que têm enriquecido sobremaneira a discussão e aprofundado os estudos no enfoque histórico-cultural adotado como referencial teórico-metodológico do Laboratório.

Uma das linhas de pesquisa desenvolvidas no LIEPPE destaca o tema da Medicalização da Educação. Nesse artigo, apresentaremos alguns dos trabalhos de pesquisa realizados sobre o tema de maneira a contribuir com a discussão e trazer elementos qualitativos para o debate, buscando compreender o fenômeno da medicalização da educação na sua complexidade e constituído por determinações de várias ordens: pedagógica, familiar, relacional, institucional, social, cultural e política. Importante destacar que as questões trazidas pelo FSMES tiveram grande influência nos temas escolhidos, bem como na abordagem utilizada para compreensão do fenômeno na medicalização no âmbito da educação escolar.

Podemos articular os trabalhos de pesquisa realizados no LIEPPE em três grandes grupos. O primeiro grupo constitui-se de um conjunto de pesquisas que visa compreender como se constitui o processo de patologização e de medicalização, no que se refere à Dislexia e ao TDAH, na vida escolar e familiar de crianças das séries iniciais da escolarização e o papel dos especialistas, da avaliação psicológica e da escola nesse processo, bem como a possibilidade de compreender o desenvolvimento da atenção voluntária sobre as bases do enfoque histórico-cultural e suas repercussões na escolarização.

Para tanto, inaugurando este grupo de trabalhos apresenta-se a dissertação de mestrado de Sabrina Gasparetti Braga (2011) intitulada “Dislexia: A produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização” e a tese “Medicações e mediações: Avaliação-intervenção psicológica de queixas escolares em casos de diagnóstico de TDAH” (Braga, 2017), juntamente com a dissertação de mestrado de Ana Maria Tejada Mendoza (2014) “Escolarização em diagnóstico: Crianças em concreto”. As três pesquisas realizadas basearam-se no método de estudo de caso de cunho etnográfico no qual as pesquisadoras realizaram visitas domiciliares, escolares e puderam acompanhar a criança e/ou suas famílias por mais de um ano letivo, de forma a compreender as diversas versões que constituem a visão patológica e medicalizante sobre a infância, com a participação dos/as educadores/as, pais, profissionais de saúde que realizam os diagnósticos e das próprias crianças. A documentação, receituários e informações que constituíram os diagnósticos também foram disponibilizadas às pesquisadoras pelas famílias. É importante considerar que, nos três trabalhos, os/as estudantes tomavam substâncias psicoativas com acompanhamento neurológico. Nas três pesquisas, as possibilidades de encontros, de mediações e de relatos das experiências possibilitaram aos pais reverem a utilização de medicamentos, bem como analisar mais profundamente o papel da escola e as expectativas que possuíam sobre seus filhos/as, ampliando o diálogo sobre as questões educacionais e constituindo novas formas de aproximação e de compreensão da dimensão educacional e escolar, superando a concepção medicalizante. Um ponto fundamental das três pesquisas está na apreensão das multideterminações e possibilidade de transformação da realidade na qual incidia a queixa escolar e o processo de patologização da criança.

Na perspectiva de compreensão da constituição dos processos patologizantes e medicalizantes, insere-se a tese de Ana Maria Tejada Mendoza (2019) intitulada “Políticas públicas de saúde e educação na Colômbia e a produção de mecanismos de medicalização na infância”. Nessa pesquisa, a autora contextualiza a produção da concepção medicalizante que constituem as políticas de atenção à infância, tendo o caso colombiano como expressão dessa concepção. Analisando prontuários de uma instituição pública de atendimento a crianças com dificuldades escolares, a pesquisa evidencia a presença da dimensão biologicista e psicopatológica na formação dos/as profissionais de saúde e assistência, bem como as nefastas consequências das

modalidades de atendimento e de tratamento, grande parte delas medicamentosa, para o enfrentamento dos desafios da escolarização.

Mas, se por um lado, as dissertações e teses nos mostram a importância da compreensão da produção da medicalização na vida e na escola, era importante que pudéssemos também pesquisar os processos de aprendizagem e de desenvolvimento que produzissem a atenção voluntária, contraponto aos casos de transtorno de déficit de atenção. Nessa perspectiva, importante tese constituída sobre o tema da atenção foi defendida por Hilusca Leite (2015) intitulada “A atenção na constituição do desenvolvimento humano: Contribuições da psicologia histórico-cultural”. Nessa tese, a autora analisa como a função psicológica da Atenção Voluntária é construída socialmente, tomando por base a teoria histórico-cultural do desenvolvimento e da aprendizagem humana. Nesse trabalho, com base nos estudos de Vigotski, Luria, Leontiev e seguidores, Leite considera a importância atribuída à organização e sistematização do ensino para promover o desenvolvimento da criança. A autora também ressalta a dificuldade em encontrar estudos que considerem essa perspectiva no âmbito das áreas de educação, saúde e saúde mental. Praticamente todos os estudos focam no distúrbio ou transtorno de déficit de atenção e não nas condições produzidas na vida da criança para que construa a possibilidade de atenção voluntária. Tais estudos acabam por reduzir questões escolares a fenômenos meramente biológicos (Leite & Souza, 2014).

O segundo grupo de pesquisas tem como tema central a atuação do/a psicólogo/a escolar frente ao processo de medicalização. Nesse grupo, encontra-se a tese de Cristiane Toller Bray, que realiza em seu trabalho uma discussão sobre a questão da medicalização, tema problematizado com as psicólogas escolares participantes da pesquisa e discutido no artigo intitulado “Psicólogos nas escolas privadas: O que pensam sobre o fenômeno da medicalização?” (Bray & Souza, 2016). Para as profissionais da área, o processo de medicalização é um assunto em debate, bem como a produção de diagnósticos e encaminhamentos das escolas para os/as especialistas, visando uma avaliação dos/as estudantes quanto a seu comportamento, principalmente. Percebem-se várias ponderações e críticas de diversos/as profissionais que nem sempre recebem o respaldo da direção das escolas para poder tomar decisões quanto aos encaminhamentos de estudantes para profissionais de saúde. As práticas são distintas de uma para outra escola, não havendo consensos frente às dificuldades vividas na escolarização. Destaca que a medicalização tornou-se tema de discussão em várias das escolas pesquisadas.

Neste grupo, consideramos também dados de pesquisa realizada pela psicóloga e pesquisadora Vânia Calado em Serviço-Escola de uma instituição de ensino superior privada de formação de psicólogos/as (Calado & Souza, 2019). Nesse trabalho, a discussão recai sobre 11 casos de crianças e adolescentes atendidos com queixas escolares. Importante ressaltar que 10 das crianças encaminhadas apresentavam diagnóstico de transtorno: TDAH, Dislexia, Transtorno do Espectro Autista, dentre outros. Os/as estudantes de psicologia realizaram uma proposta de

aproximação com os/as estudantes e suas famílias, utilizando a modalidade de intervenção de orientação a queixa escolar desenvolvida por Souza (2015) que visa compreender o processo de desenvolvimento humano na relação com as práticas educativas familiares, escolares, sociais, permitindo questionar determinados quadros diagnósticos e possibilitar uma nova compreensão do processo de aprendizagem. É importante destacar que tais trabalhos demonstram, entre outros aspectos, que é fundamental compreender a complexa rede que envolve o aprender e que esse processo não pode ser simplificado a um ato orgânico, biológico, centrado em um único aspecto que é a atenção, por exemplo, tão presente nos diagnósticos de TDAH.

E um terceiro grupo de trabalhos analisa movimentos de resistência dos coletivos para o enfrentamento da concepção biologicista, o papel dos DSMs e as críticas ao modelo de patologização realizadas internacionalmente.

Os movimentos franceses de resistência à medicalização da infância foram objeto da pesquisa de doutorado realizada por Andreia Mutarelli (2017) intitulada “Estratégias de resistência à medicalização: A experiência francesa”. O estudo dos movimentos citados anteriormente nesse capítulo produziram reflexões importantes para a discussão da medicalização da educação e da vida. Como analisa Mutarelli (2017), estudando os coletivos franceses, destacam-se os seguintes fundamentos de resistência à medicalização:

1) a concepção humana como possibilidade de ser, entendendo que ele está sempre aberto para as possibilidades que se apresentam no futuro indeterminado, resistindo à cristalização de um diagnóstico; 2) a pluralidade de práticas e métodos de pesquisa coexistindo de forma a contrapor o monismo metodológico; 3) a construção de redes como estratégia de enfrentamento à individualização/biologização das problemáticas humanas; 4) as intervenções multifocais, com cuidado multidisciplinar, considerando o contexto social, cultural e político dos usuários como enfrentamento à hiperprescrição de medicamentos pautada por interesses financeiros na área da saúde. (p. 5)

Nessa pesquisa, considera-se fundamental a importância do papel político representado pelos movimentos sociais e coletivos, os questionamentos produzidos por essas instâncias sociais e a possibilidade de veicular diversos olhares e perspectivas sobre a realidade.

Por fim, gostaria de destacar o trabalho de pesquisa desenvolvido por Ana Carla Furlan (Furlan & Souza, 2016) referente ao papel desempenhado pelos Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtorno Mental – DSM na constituição de diagnósticos, visando explicar as dificuldades de aprendizagem. Nessa pesquisa, Scarin organiza temporalmente as edições dos Manuais, produzidos pela Associação Americana de Psiquiatria, no que tange às informações de como as dificuldades de aprendizagem são interpretadas pelo DSM em suas diversas edições, bem como analisa a produção do discurso médico-científico enquanto base de sustentação para explicar as dificuldades de aprendizagem nos Manuais. Para tanto, organiza tais informações em uma

Linha do Tempo dos DSMs¹, apresentando cada edição, publicações favoráveis a tais interpretações e contrárias a elas.

Considerações Finais

Concluimos este artigo em que pretendemos inserir os contextos sociais e históricos em que as discussões da medicalização da educação e da sociedade se constituíram no cenário dos debates vigentes no Brasil, a importância do FSMES pelo seu papel ético-político na luta pelos direitos sociais e o papel das pesquisas em Psicologia Escolar contribuindo com o substrato científico para importantes discussões levadas amplamente pelo Fórum.

É importante reiterar que o expressivo aumento da utilização de medicamentos para a infância em idade escolar acontece em um momento social e político em que os dados educacionais latino-americanos inserem a maior parte dos países em condições muito desfavoráveis no que tange à qualidade da educação básica, quando analisada do ponto de vista dos índices de aproveitamento escolar.

Investir na escola e nos/as profissionais da educação é uma questão estratégica para a constituição da democracia, da justiça social e dos direitos humanos e sociais. As políticas neoliberais que grassaram na América Latina a partir de meados da década de 1990 retiraram a participação do estado em setores fundamentais para a constituição dos princípios democráticos.

Portanto, as lutas empreendidas pelos movimentos sociais e coletivos aqui apresentadas e expressas pelas ações do FSMES contribuem para o enfrentamento a concepções de mundo que retiram a condição de humanização e a constituição de alternativas baseadas na garantia de direitos e nas ações humanizadas.

Consideramos também a importância do papel da construção do conhecimento científico expresso nas pesquisas apresentadas que se somam a muitas outras que têm possibilitado compreender a complexidade da produção do processo de medicalização e proposto alternativas para desvelar tais condições, propiciando possibilidades libertárias e emancipatórias.

Quanto aos desafios, são muitos, considerando o momento de Pandemia Covid-19, anunciada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, e suas consequências para a vida de todos e todas e para a saúde mental. As ações de coletivos serão fundamentais nesse momento para resgatar suas pautas, possibilidades de acolhimento e de reconfiguração de ações na construção da justiça social, de políticas públicas na garantia de direitos em uma relação da sociedade com o poder público.

¹ A Linha do Tempo dos Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtorno Mental estão disponíveis no endereço <http://newpsi.bvs-psi.org.br/uploads/linha%20do%20tempo%20DSM/index.html>

Correspondência: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária, Bloco G, Edifício “César Ades”, sala 19-A. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-030

Email: mprdsouz@usp.br

Referências Bibliográficas

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. (2013). Metilfenidato no tratamento de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. *Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde* (BRATS), 23, 1-18. Retirado de [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/producao-para-a-saude/boletim-brasileiro-de-avaliacao-de-tecnologias-em-saude-brats-no-23.pdf/@@download/file/Boletim%20Brasileiro%20de%20Avaliação%20de%20Tecnologias%20em%20Saúde%20\(BRATS\)%20nº%2023.pdf](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/producao-para-a-saude/boletim-brasileiro-de-avaliacao-de-tecnologias-em-saude-brats-no-23.pdf/@@download/file/Boletim%20Brasileiro%20de%20Avaliação%20de%20Tecnologias%20em%20Saúde%20(BRATS)%20nº%2023.pdf)
- Associação Americana de Psiquiatria – APA. (2013). *Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5* (5.ª ed.). Porto Alegre: ArtMed.
- Benasayag, Leon, & Dueñas, Gabriela (Eds.). (2011). *Invenção de enfermidades. Traições a la salud y la educación. La medicalización de la vida contemporánea*. Argentina: Noveduc.
- Braga, Sabrina G. (2011). *Dislexia: A produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização* (Tese de mestrado). Retirado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07112011-120816/publico/braga_me_corrigida.pdf
- Braga, Sabrina G. (2017). *De medicações a mediações: Avaliação-intervenção psicológica de queixas escolares em casos de diagnóstico de TDAH* (Tese de doutoramento). Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-10112017-094720/>
- Bray, Cristiane, & Souza, Marilene P. R. (2016). Psicólogos nas escolas privadas: O que pensam sobre o fenômeno da medicalização?. In Nilza S. T. Leonardo, Zaira F. R. Gonzalez Leal, & Adriana de Fátima Franco (Eds.), *Educação escolar e a apropriação do conhecimento* (pp. 67-90). Maringá: EDUEM.
- Calado, Vânia, & Souza, Marilene P. R. (2019). Medicalização da educação e da sociedade: Repensando a atuação em psicologia escolar. In Flavia C. S. Lemos, Dolores Galindo, Pedro P. G. Bicalho, Leandro P. R. Junior, Paulo T. R. Oliveira, José A. R. Reis, Valber L. F. Sampaio, Michelle R. Corrêa, & Marcia R. Cardoso (Eds.), *Subjetividades e democracias: Escritas transdisciplinares* (pp.165-182). Curitiba: CRV.
- Círculo de Estudos e Intervenção na Medicalização da Educação – CEIME. (2011). *Manifesto: Por uma abordagem não medicalizante nem patologizante da educação*. Retirado de <http://educationmedicalisation.blogspot.com/>
- Collares, Cecília A. L., & Moysés, Maria Aparecida A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: Ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez Editora / FE-UNICAMP/FCM-UNICAMP.
- Collares, Cecília A. L., Moysés, Maria Aparecida A., & Ribeiro, Mônica C. F. (Eds.). (2013). *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas: Mercado de Letras.
- Conrad, Peter (1982). Sobre la medicalización de la anormalidad y el control social. In David Ingleby (Ed.), *Psiquiatria crítica: La política de la salud mental* (pp. 129-154). Barcelona: Crítica-Grijalbo.

- Conrad, Peter (2007). *The medicalization of society: On the transformation of human condition into treatable disorders*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). *Campanha nacional do conselho federal de psicologia “Não à medicalização da vida”*. Retirado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRPSP & Grupo Interinstitucional Queixa Escolar – GIQE. (Eds.). (2010). *Medicalização de crianças e adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRPSP. (Ed.). (2010). *Dislexia: Subsídios para políticas públicas* (Caderno Temático CRP SP, vol. 8). São Paulo: CRPSP. Retirado de http://www.crpssp.org.br/medicalizacao/arquivos/caderno_8.pdf
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – FSMES. (2010). *Manifesto do fórum sobre medicalização da educação e da sociedade* (Website). Retirado de <http://medicalizacao.org.br/manifesto-do-forum-sobre-medicalizacao-da-educacao-e-da-sociedade/>
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – FSMES. (2011). *Dossiê sobre medicalização da educação e da sociedade*. Retirado de http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Dossiê_V3.pdf
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – FSMES. (2012). *Carta sobre medicalização da vida*. Retirado de <http://medicalizacao.com.br/carta-sobre-medicalizacao-da-vida/>
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – FSMES. (2015a). *Nota técnica: O consumo de psicofármacos no Brasil. Dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados ANVISA (2007-2014)*. Retirado de http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2015/06/NotaTecnicaForumnet_v2.pdf
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – FSMES. (2015b). *Recomendações de práticas não medicalizantes a profissionais e serviços de educação e de saúde*. Retirado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf
- Furlan, Ana C. C., & Souza, Marilene P. R. (2019). Linha do tempo dos manuais diagnósticos e estatísticos de transtorno mental: Mapeando os diagnósticos referentes às dificuldades de aprendizagem (1953-2013). In Flávia C. S. Lemos, Dolores Galindo, Pedro P. Bicalho, Paulo T. Oliveira, Leandro Passarinho, João Paulo Barros, Atualpa Sampaio, & Jéssica S. Silva (Eds.), *Clínica política, arte e cultura: Subjetividades e a produção dos fascismos no contemporâneo* (pp. 227-238). Curitiba: CRV Editora.
- Gui' Le Mani Dai Bambini – National campaign for the defense of children' rights to health. (2005). *International consensus: ADHD and the abuse of prescription of the psychopharmaceutical drugs to minors*. Retirado de http://psychrights.org/Articles/consensus_ADHD_gb_printable.pdf
- Illich, Ivan (1975). *A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- L'Appel des Appels. (2011). *Politiques des métiers: Manifeste*. Clamecy: Milleet un Nuits.
- Le Collectif Pas de Zéro de Conduite Pour les Enfants de Trois Ans. (2008). *Enfants turbulents, l'enfer est-il pavé de bonnes préventions?*. Toulouse: Éres.
- Leite, Hilusca A. (2015). *A atenção na constituição do desenvolvimento humano: Contribuições da psicologia histórico-cultural* (Tese de doutoramento). Retirado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-03062015-120929/publico/leite_corrigena.pdf

- Leite, Hilusca A., & Souza, Marilene P. R. (2014). O desenvolvimento da atenção como objeto de estudo: Contribuições do enfoque histórico-cultural. *Nuances*, 25(1), 59-77. doi:10.14572/nuances.v25i1.2729
- Lewontin, Richard, Rose, Steven, & Kamin, Leon (1984). *Not in our genes: Ideology, and human nature*. London: Pequin Books.
- Mendoza, Ana Maria T. (2014). *Escolarização em diagnóstico: Crianças em concreto* (Tese de mestrado). Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-12112014-114038/>
- Mendoza, Ana Maria T. (2019). *Políticas de saúde e educação na Colômbia e a produção de mecanismos de medicalização da infância* (Tese de doutoramento). Retirada de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-17022020-153641/pt-br.php>
- Ministério da Educação do Brasil – MEC. (2016). Ofício-Circular no 1/2016/CGEI/DICEI/SEB/SEB-MEC: Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do metilfenidato para prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes. Retirado de http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Medicalizacao_SECADI.pdf
- Moysés, Maria Aparecida A., & Collares, Cecília A. L. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos Cedes*, 28, 35-50.
- Moysés, Maria Aparecida A., & Collares, Cecília A. L. (1997). Inteligência abstraída, crianças silenciadas: As avaliações de inteligência. *Psicologia USP*, 8(1), 63-89. doi:10.1590/S0103-65641997000100005
- Mutarelli, Andréia (2017). *Estratégias de resistência à medicalização: A experiência francesa* (Tese de doutoramento). Retirado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-29052017-102934/pt-br.php>
- Oliveira, Felipe, & Souza, Marilene P. R. (2013). O que dizem os projetos de lei sobre dislexia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: Contribuições da psicologia escolar. In Cecília A. L. Collares, Maria Aparecida A. Moysés, & Mônica C. F. Ribeiro (Eds.), *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos* (pp. 203-220) Campinas: Mercado das Letras.
- Organização das Nações Unidas – ONU. (2015). *Report of the international narcotics control board for 2014*. United Nations: International Narcotics Control Board. Retirado de <https://www.incb.org/incb/en/publications/annual-reports/annual-report-2014.html>
- Patto, Maria Helena S. (1990). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e de Ministros da Saúde do MERCOSUL. (2015). *Medicalização de crianças e adolescentes*. Retirado de <https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/wpdm-package/medicalizacao-de-criancas-e-adolescentes/?wpdmdl=3178>
- Souza, Beatriz P. (Ed.). (2015). *Orientação a queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, Marilene P. R., Tanamachi, Elenita R., & Barbosa, Déborah R. (Eds.). (2016). *15 anos do laboratório inter-institucional de estudos e pesquisas em psicologia escolar – LIEPPE: Reflexões, contribuições e perspectivas da psicologia e educação 2001-2016*. São Paulo: IPUSP. Retirado de http://www.ip.usp.br/site/wp-content/uploads/2019/03/Livro15anosLIEPPEc.ISBN_-5mai17.pdf
- STOP-DSM. (2013). Manifesto por uma psicopatologia clínica não estatística. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(3), 361-372. doi:10.1590/S1415-47142013000300001

Szasz, Thomas (2007). *The medicalization of everyday life: Selected essays*. New York: Syracuse University Press.
Viégas, Lygia, Ribeiro, Maria Izabel S., Oliveira, Elaine C., & Teles, Liliâne A. L. (Eds.). (2013). *Medicalização da educação e da sociedade: Ciência ou mito?*. Salvador: EDUFBA.

Legislação brasileira

Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Retirado de <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>

